



SANTANA DE PARNAÍBA-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA - SÃO PAULO

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Conhecimentos Básicos de Legislação Municipal
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL N.º 03/2026



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SANTANA DE PARNAÍBA - SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE
PARNAÍBA - SÃO PAULO

Auxiliar de
Desenvolvimento Infantil

EDITAL N.º 03/2026

CÓD: SL-086JH-26
7908403596652

Língua Portuguesa

1. Interpretação de texto	7
2. Vocabulário	10
3. Tipologia e gêneros textuais	11
4. Alguns elementos constitutivos do texto: discurso direto, indireto, indireto livre, pressuposto, subentendido e ambiguidade	16
5. Intertextualidade	26
6. Coesão e coerência	27
7. Figuras de Linguagem	27
8. Funções da Linguagem.....	31
9. Fonemas e Fonética: representação e classificação dos fonemas, encontros vocálicos, encontro consonantal e dígrafo ..	34
10. Sílabas e tonicidade.....	35
11. Acentuação gráfica.....	37
12. Crase	41
13. Ortografia; Uso de há (verbo) e a (preposição); Emprego de onde e aonde; Utilização dos porquês	44
14. Estrutura e formação das palavras.....	49
15. Classe de palavras; Termos essenciais da oração: sujeito, predicado, predicativo do sujeito e do objeto	54
16. Frase, oração, período	64
17. Sintaxe do período simples e composto: (coordenação e subordinação).....	66
18. Pontuação	67
19. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, parônimos, homônimos, polissemia, denotação e conotação.....	69
20. Neologismo e estrangeirismo	70
21. Ortoepia e Prosódia	72
22. Reescrita de frases	73
23. Concordância nominal e verbal	74
24. Regência nominal e verbal.....	78
25. Colocação pronominal	82
26. Termos essenciais da oração: sujeito, predicado, predicativo do sujeito e do objeto; Termos acessórios da oração; Termos integrantes da oração	83
27. Emprego e omissão do hífen.....	89
28. Literatura Brasileira, (periodização: início e término de cada período - ano, acontecimento e autor - características, representantes e obras de cada movimento)	91

Raciocínio Lógico

1. Estruturas lógicas.....	109
2. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões.....	112
3. Lógica sentencial, (proposicional): proposições simples e compostas. Tabelas verdade. Equivalências. Leis de Morgan...	115
4. Diagramas lógicos	123
5. Lógica de primeira ordem	125
6. Princípios de contagem e probabilidades. Probabilidade. Combinações	127

1. Raciocínio lógico envolvendo problemas.....	133
2. Sequências Lógicas envolvendo números, letras e figuras	135

Conhecimentos Básicos de Legislação Municipal

1. Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Santana de Parnaíba, (SP), (Lei Complementar n.º 034, de 25 de maio de 2011, (dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santana de Parnaíba, (SP)....	141
2. Lei Municipal n.º 3117, de 25 de maio de 2011, suas respectivas alterações, (dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Municipais de Santana de Parnaíba).....	163

Conhecimentos Específicos Auxiliar de Desenvolvimento Infantil

1. A organização do tempo e do espaço em educação infantil.....	173
2. Cuidados essenciais: alimentação, repouso, higiene e proteção.....	174
3. Jogos e brincadeiras.....	178
4. Histórias infantis	179
5. Crianças com necessidades educativas especiais	180
6. A formação do caráter na infância	181
7. Ética na educação infantil	182
8. Arte e estética na educação infantil.....	183
9. Noções de puericultura.....	185
10. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.....	186
11. Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil – MEC	227
12. Brinquedos e brincadeiras de creches – Manual de Orientação Pedagógica – MEC com apoio da UNICEF.....	228
13. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil – MEC.....	229
14. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Introdução/vol. 2, vol. 3).....	230
15. Psicologia Infantil	231
16. Literatura Infantil	238
17. Noções de Primeiros socorros	239

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Ex.:

Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.

Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Ex.:

Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.

As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.

Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitem sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► **Linguagem Mista (ou Híbrida)**

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Ex.:

Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.

Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.

As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► **Definição de Intertextualidade**

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências, inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► **Tipos de Intertextualidade**

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

▪ **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.

Ex.: Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.

▪ **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.

Ex.: Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.

▪ **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.

Ex.: Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.

▪ **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.

Ex.: Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.

▪ **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.

Ex.: Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

RACIOCÍNIO LÓGICO

ESTRUTURAS LÓGICAS

ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Aqui veremos questões que envolvem correlação de elementos, pessoas e objetos fictícios, através de dados fornecidos. Vejamos o passo a passo:

01. Três homens, Luís, Carlos e Paulo, são casados com Lúcia, Patrícia e Maria, mas não sabemos quem é casado com quem. Eles trabalham com Engenharia, Advocacia e Medicina, mas também não sabemos quem faz o quê. Com base nas dicas abaixo, tente descobrir o nome de cada marido, a profissão de cada um e o nome de suas esposas.

- a) O médico é casado com Maria.
- b) Paulo é advogado.
- c) Patrícia não é casada com Paulo.
- d) Carlos não é médico.

Vamos montar o passo a passo para que você possa compreender como chegar a conclusão da questão.

▪ **1º passo** – Construir a tabela dos dados. Vamos montar uma tabela para facilitar a visualização da resolução, a mesma deve conter as informações prestadas no enunciado, nas quais podem ser divididas em três grupos: homens, esposas e profissões.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos						
Luís						
Paulo						
Lúcia						
Patrícia						
Maria						

Também criamos abaixo do nome dos homens, o nome das esposas.

▪ **2º passo** – Construir a tabela gabarito. Essa tabela não servirá apenas como gabarito, mas em alguns casos ela é **fundamental** para que você enxergue informações que ficam meio escondidas na tabela principal. Uma tabela complementa a outra, podendo até mesmo que você chegue a conclusões acerca dos grupos e elementos.

HOMENS	PROFISSÕES	ESPOSAS
Carlos		
Luís		
Paulo		

AMOSTRA

▪ **3º passo** preenchimento de nossa tabela, com as informações mais óbvias do problema, aquelas que não deixam margem a nenhuma dúvida. Em nosso exemplo:

O médico é casado com Maria: marque um “S” na tabela principal na célula comum a “Médico” e “Maria”, e um “N” nas demais células referentes a esse “S”.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos						
Luís						
Paulo						
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

ATENÇÃO: se o médico é casado com Maria, ele NÃO PODE ser casado com Lúcia e Patrícia, então colocamos “N” no cruzamento de Medicina e elas. E se Maria é casada com o médico, logo ela NÃO PODE ser casada com o engenheiro e nem com o advogado (logo colocamos “N” no cruzamento do nome de Maria com essas profissões).

Paulo é advogado: Vamos preencher as duas tabelas (tabela gabarito e tabela principal) agora.

Patrícia não é casada com Paulo: Vamos preencher com “N” na tabela principal

Carlos não é médico: preenchamos com um “N” na tabela principal a célula comum a Carlos e “médico”.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos	N		N			
Luís	S	N	N			
Paulo	N	N	S		N	
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

Notamos aqui que Luís então é o médico, pois foi a célula que ficou em branco. Podemos também completar a tabela gabarito. Novamente observamos uma célula vazia no cruzamento de Carlos com Engenharia. Marcamos um “S” nesta célula. E preenchemos sua tabela gabarito.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos	N	S	N			
Luís	S	N	N			
Paulo	N	N	S		N	
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

HOMENS	PROFISSÕES	ESPOSAS
Carlos	Engenheiro	
Luís	Médico	
Paulo	Advogado	

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA, (SP), (LEI COMPLEMENTAR N.º 034, DE 25 DE MAIO DE 2011, (DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA, (SP))

LEI COMPLEMENTAR Nº 34, DE 25 DE MAIO DE 2011

DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA.

SILVIO ROBERTO CAVALCANTI PECCIOLI, Prefeito do Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por Lei. FAZ SABER que a Câmara Municipal de Santana de Parnaíba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santana de Parnaíba.

Parágrafo único. Nos termos do art. 39 da Constituição Federal, o Município instituirá conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelo Poder Executivo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 65/2024)

Art. 2º Para os efeitos desta Lei considera-se servidor a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3º Cargo público é a unidade laborativa com denominação própria, criada por lei, com número certo, remunerada pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão, que implica o desempenho, pelo seu titular, de um conjunto de atribuições, responsabilidades e deveres.

Parágrafo único. O Município de Santana de Parnaíba destinará, no mínimo, 10% (dez por cento) dos cargos em comissão criados, aos ocupantes de cargos efetivos do respectivo Quadro de Servidores. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 45/2021)

Art. 4º Cargo técnico é aquele cujo desempenho exige especialidade de nível técnico.

Parágrafo Único - Cargo científico é aquele cujo desempenho exige especialidade de nível superior.

Art. 5º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração direta, as autarquias e as fundações públicas poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos em Lei específica.

Art. 6º É vedado atribuir ao servidor encargos ou serviços diversos de sua carreira ou cargo, ressalvando as comissões legais e designações especiais de atribuições.

TÍTULO II DO CONCURSO, DO PROVIMENTO, DA VACÂNCIA, DA REMOÇÃO, DA REDISTRIBUIÇÃO E DA SUBSTITUIÇÃO

CAPÍTULO I DO CONCURSO

Art. 7º Para o provimento de cargo público efetivo por nomeação será exigida a aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em uma ou mais etapas, conforme a exigência de cada cargo.

Art. 8º O concurso público poderá ser organizado e realizado por empresa especializada, especialmente contratada para esse fim ou por uma comissão nomeada pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º O custo operacional dos concursos públicos poderá ser coberto com os recursos provenientes da taxa de inscrição.

§ 2º Os requisitos, as condições e demais peculiaridades para a realização dos concursos serão previamente estabelecidos pela autoridade competente, na forma da lei.

Art. 9º O concurso público poderá conter as seguintes etapas, conforme exigências do cargo, fixadas em lei:

- I - Prova Teórica;
- II - Prova Prática;
- III - Apresentação de Titulação;
- IV - Avaliação Psicológica;
- V - Avaliação Física; e
- VI - Investigação Social.

Parágrafo Único - Em qualquer caso, será sempre obrigatória a prova teórica.

Art. 10. O concurso público terá a validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

Parágrafo Único - O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que serão devidamente publicados em jornal de circulação no Município.

CAPÍTULO II DO PROVIMENTO

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. São requisitos básicos para ingresso no serviço público municipal:

- I - ser brasileiro nato, naturalizado ou gozar das prerrogativas Constitucionais;

- II - estar no gozo dos direitos políticos;
- III - estar quite com as obrigações militares;
- IV - ter o nível de escolaridade exigido para o cargo;
- V - ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
- VI - gozar de boa saúde física e mental comprovada por exame médico;

VII - ter-se habilitado previamente por meio de concurso público, ressalvadas as exceções previstas nesta lei.

§ 1º A natureza e as atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

§ 2º De acordo com os critérios de acessibilidade, às pessoas com deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com as limitações que possuírem, sendo-lhes reservadas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso.

§ 3º Fica vedada a fixação de limite máximo de idade em concursos para admissão de pessoal, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir.

§ 4º Para comprovação da aptidão física e mental do candidato aprovado, o Município realizará exame médico admissional.

Art. 12. O provimento dos cargos públicos far-se-á por ato da autoridade competente, do Poder ou Entidade que realizou o concurso.

Art. 13. A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Art. 14. São formas de provimento de cargo público:

- I - Nomeação;
- II - Reversão;
- III - Reintegração;
- IV - Recondução;
- V - Aproveitamento.

SEÇÃO II DA NOMEAÇÃO

Art. 15. A nomeação far-se-á:

I - em caráter efetivo, quando decorrente de concurso público; e

II - em comissão, para cargos de confiança.

Art. 16. A nomeação para cargo efetivo depende da prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

SEÇÃO III DA REVERSÃO

Art. 17. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.

§ 1º A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

§ 2º O tempo em que o servidor estiver em exercício será considerado para concessão da aposentadoria.

§ 3º Encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

§ 4º Não poderá reverter ao cargo o aposentado que contar 70 (setenta) ou mais anos de idade.

SEÇÃO IV DA REINTEGRAÇÃO

Art. 18. Reintegração é a reinvestidura do servidor no cargo, anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão, por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

§ 1º Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, ou aproveitado em outro cargo, observado o disposto nesta Lei.

§ 2º Encontrando-se provido o cargo, o eventual ocupante, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º Quando a reintegração gerar o deslocamento sucessivo de diversos servidores, a regra da exoneração ou disponibilidade se aplicará ao último da sucessão.

SEÇÃO V DA RECONDUÇÃO

Art. 19. Recondução é o retorno do servidor ao cargo ou função anteriormente ocupado.

§ 1º A recondução decorrerá de:

- I - inabilitação em estágio probatório decorrente de nomeação para ocupar o cargo público; e
- II - reintegração do anterior ocupante.

§ 2º Encontrando-se provido o cargo de origem aplicar-se-ão as regras que disciplinam o aproveitamento

SEÇÃO VI DO APROVEITAMENTO

Art. 20. Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor ficará em disponibilidade remunerada, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Parágrafo Único - A extinção de cargo ou a declaração de sua desnecessidade somente serão admitidas se efetuadas por lei municipal.

Art. 21. O servidor em disponibilidade contribuirá para o regime de previdência.

Parágrafo Único - O tempo de contribuição, correspondente ao período em que permanecer em disponibilidade, será contado para efeito de aposentadoria e nova disponibilidade.

Art. 22. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Parágrafo Único - O órgão de recursos humanos determinará o imediato aproveitamento do servidor em disponibilidade em vaga que vier a ocorrer nos órgãos ou entidades da administração pública.

Art. 23. Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A ORGANIZAÇÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO EM EDUCAÇÃO INFANTIL

A organização do tempo e do espaço na educação infantil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das crianças. Esses elementos estruturam a rotina escolar, criando um ambiente seguro, estimulante e favorável à aprendizagem. O tempo e o espaço não são apenas aspectos administrativos, mas influenciam diretamente o modo como as crianças interagem, brincam, exploram e constroem conhecimento.

Um ambiente bem planejado proporciona autonomia e senso de pertencimento, permitindo que as crianças explorem diferentes possibilidades de aprendizado de forma ativa. Da mesma forma, uma rotina equilibrada ajuda a criança a compreender a sequência dos eventos diários, promovendo segurança emocional e organização cognitiva.

A ORGANIZAÇÃO DO TEMPO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O tempo na educação infantil deve ser planejado de forma flexível e estruturada ao mesmo tempo. Diferente dos ensinamentos fundamental e médio, onde há uma divisão rígida entre disciplinas, a educação infantil exige uma rotina que respeite o ritmo das crianças, alternando momentos de aprendizado, descanso, brincadeiras e alimentação.

A rotina diária deve seguir um ritmo previsível, pois isso proporciona segurança para a criança. Saber o que acontecerá ao longo do dia reduz a ansiedade e facilita a adaptação escolar. No entanto, essa previsibilidade não significa rigidez: a flexibilidade é essencial para permitir que as crianças explorem e experimentem de acordo com seus interesses.

Os principais momentos que compõem a organização do tempo na educação infantil incluem:

- **Acolhimento e chegada:** A entrada na escola deve ser um momento de recepção afetuosa, permitindo que a criança se sinta bem-vinda e preparada para o dia.
- **Atividades dirigidas e livres:** O equilíbrio entre momentos estruturados pelo educador e momentos de livre exploração é essencial para o desenvolvimento cognitivo e social.
- **Hora da alimentação:** O momento da refeição deve ser visto não apenas como uma necessidade biológica, mas também como um espaço de convivência e aprendizagem.

- **Descanso e relaxamento:** O descanso, seja em forma de cochilo ou de atividades tranquilas, é importante para recarregar a energia das crianças.

- **Brincadeiras e exploração:** O brincar é a principal forma de aprendizagem na infância e deve ser parte central da rotina.

- **Encerramento e despedida:** A transição para o momento de ir para casa deve ser tranquila, preparando a criança para a separação do ambiente escolar.

A organização do tempo deve levar em conta as necessidades individuais das crianças, respeitando ritmos diferentes de adaptação e aprendizagem. Além disso, a rotina deve incluir transições suaves entre as atividades, evitando mudanças bruscas que possam gerar desconforto ou insegurança.

A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O espaço na educação infantil deve ser planejado para estimular a autonomia, a criatividade e a interação social. O ambiente escolar não é apenas um local físico onde as crianças estão reunidas, mas um elemento ativo no processo de aprendizagem. Um espaço bem estruturado permite que a criança explore, manipule e experimente o mundo ao seu redor, contribuindo para seu desenvolvimento sensorio-motor, emocional e cognitivo.

Para garantir um ambiente adequado ao aprendizado infantil, o espaço deve atender a alguns critérios essenciais:

- **Acessibilidade e segurança:** Os móveis e materiais devem ser adequados ao tamanho das crianças e organizados de maneira segura.

- **Divisão por áreas de interesse:** O espaço deve ser setorizado para diferentes atividades, como cantos de leitura, artes, construção, jogos simbólicos e exploração da natureza.

- **Espaços ao ar livre:** O contato com a natureza e a liberdade para se movimentar são essenciais para o desenvolvimento motor e emocional.

- **Materiais disponíveis e acessíveis:** Brinquedos e recursos pedagógicos devem estar ao alcance das crianças para incentivar a autonomia e a curiosidade.

- **Ambiente acolhedor e convidativo:** O espaço deve transmitir conforto e bem-estar, com cores, texturas e elementos que reflitam o universo infantil.

Um ambiente bem planejado estimula a interação entre as crianças, promovendo a socialização e o aprendizado coletivo. Além disso, o espaço deve permitir tanto momentos de concentração e individualidade quanto momentos de convivência e cooperação.

A RELAÇÃO ENTRE TEMPO E ESPAÇO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O tempo e o espaço na educação infantil não são elementos isolados, mas interagem constantemente para criar um ambiente propício ao aprendizado. Um planejamento eficiente considera como os diferentes momentos da rotina se conectam com a organização do ambiente. Por exemplo, a disposição dos móveis e dos brinquedos pode facilitar a transição entre atividades, evitando deslocamentos desnecessários e garantindo um fluxo natural ao longo do dia.

Além disso, o planejamento do tempo deve levar em conta a exploração dos espaços. O uso do pátio, da sala de aula, da biblioteca e de áreas externas deve ser distribuído ao longo do dia de maneira equilibrada, garantindo diversidade de experiências sem sobrecarregar as crianças. A flexibilidade também é importante, permitindo que as crianças tenham tempo suficiente para se engajar nas atividades antes de serem direcionadas para outra tarefa.

A organização do tempo e do espaço na educação infantil é essencial para proporcionar um ambiente de aprendizado seguro, acolhedor e estimulante. A rotina estruturada, mas flexível, ajuda a criança a se sentir segura e a desenvolver habilidades emocionais e cognitivas. Da mesma forma, um espaço bem planejado promove a autonomia, a interação e o desenvolvimento global da criança.

A combinação entre tempo e espaço bem organizados permite que as crianças explorem, brinquem e aprendam de forma significativa. O papel dos educadores é garantir que esses elementos estejam sempre alinhados com as necessidades infantis, proporcionando um ambiente enriquecedor e favorável ao crescimento. Dessa forma, a escola se torna um espaço de descobertas, onde cada criança pode desenvolver todo o seu potencial de forma plena e feliz.

CUIDADOS ESSENCIAIS: ALIMENTAÇÃO, REPOUSO, HIGIENE E PROTEÇÃO

► **Alimentação no Ambiente Escolar**

A alimentação no ambiente escolar desempenha um papel crucial no desenvolvimento físico, cognitivo e social dos alunos. Além de fornecer a energia necessária para as atividades diárias, a alimentação escolar está diretamente ligada à saúde, à prevenção de doenças e ao desempenho acadêmico.

As refeições oferecidas nas escolas representam uma oportunidade não apenas para promover bons hábitos alimentares, mas também para reduzir desigualdades sociais e econômicas, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma nutrição adequada.

► **Papel da Alimentação na Saúde e no Aprendizado**

Uma alimentação saudável e balanceada é essencial para o bom funcionamento do corpo e da mente. Estudos mostram que alunos que se alimentam de maneira adequada apresentam maior capacidade de concentração, memória e aprendizagem, o que se reflete no desempenho escolar. A falta de nutrientes,

por outro lado, pode causar fadiga, dificuldade de atenção e até problemas de comportamento, prejudicando o desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos.

Além disso, a alimentação escolar é particularmente importante em comunidades de baixa renda, onde muitas crianças podem não ter acesso a refeições completas e nutritivas em casa. Para muitos alunos, a merenda escolar é a principal refeição do dia, sendo uma medida fundamental para combater a fome e a desnutrição. Garantir o acesso a refeições adequadas na escola é, portanto, uma forma de promover a equidade social e reduzir os impactos da pobreza no desempenho acadêmico.

► **Programas de Alimentação Escolar**

No Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um dos principais responsáveis por garantir que os estudantes da rede pública tenham acesso a refeições nutritivas e de qualidade. Instituído em 1955, o PNAE oferece alimentação gratuita para todos os alunos da educação básica, desde a educação infantil até o ensino médio, com o objetivo de atender às suas necessidades nutricionais durante o período em que estão na escola.

O PNAE também tem um caráter educativo, promovendo a inclusão de alimentos saudáveis, regionais e orgânicos no cardápio escolar, de forma a incentivar bons hábitos alimentares desde cedo. De acordo com as diretrizes do programa, pelo menos 30% dos alimentos devem ser adquiridos de pequenos produtores locais, contribuindo para o desenvolvimento da agricultura familiar e para a sustentabilidade do meio ambiente.

Entre os principais objetivos do PNAE estão:

- Oferecer refeições balanceadas e adequadas às necessidades nutricionais dos alunos.
- Contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes, proporcionando alimentos que atendam às exigências de crescimento e saúde.
- Estimular o consumo de alimentos regionais e saudáveis, promovendo a educação alimentar e nutricional.

► **Educação Alimentar e Nutricional**

O ambiente escolar também é um espaço privilegiado para a promoção da educação alimentar. As escolas têm a responsabilidade de educar os alunos sobre a importância de uma dieta equilibrada, ajudando-os a desenvolver hábitos alimentares saudáveis que podem perdurar ao longo da vida. Isso pode ser feito por meio de atividades pedagógicas que integram a alimentação ao currículo escolar, como aulas de ciências e projetos interdisciplinares que abordem o tema da nutrição.

A educação alimentar pode envolver tanto o aprendizado teórico sobre nutrientes e grupos alimentares quanto a prática, como a participação dos alunos em hortas escolares, que permitem que eles tenham contato direto com o cultivo de alimentos. Essas experiências contribuem para o entendimento sobre a origem dos alimentos e o impacto das escolhas alimentares na saúde e no meio ambiente.

Além disso, a criação de espaços de refeição que promovam uma alimentação consciente, como refeitórios organizados de forma a incentivar a convivência e o respeito ao tempo de comer, pode influenciar positivamente os hábitos alimentares dos estudantes. O momento da refeição na escola também deve ser



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!